

# Dinheiro pode ser recuperado

São Paulo — Todo o dinheiro desviado pelo Esquema PC e pela Máfia do Orçamento pode retornar as cofres públicos, garantiram ontem três juristas. O caminho é a Advocacia Geral da União pedir o confisco, o sequestro e o bloqueio dos bens dos envolvidos nos esquemas de corrupção. Até mesmo os bens imóveis que estão no exterior poderiam ser bloqueados e trazidos de volta. Segundo os advogados, o Governo brasileiro poderia tentar solicitar a abertura das contas no exterior, argumentando ser o dinheiro produto de corrupção.

“O Estado não só tem o direito como tem o dever de pedir esse dinheiro de volta”, afirmou o jurista Márcio Thomaz Bastos. Dependendo de quem praticou a corrupção, a Advocacia Geral da União tem de recorrer a instâncias diferentes para receber de volta o produto do roubo. No caso de comprovado o envolvimento de parlamentares e ministros, essa instância é o Supremo Tribunal Federal. Se for um governador é o Superior Tribunal de Justiça. O advogado lembrou que já foi decretada a indisponibilidade dos bens do ex-tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor, Paulo César Farias.